POR QUE OS BRASILEIROS AINDA TÊM BAIXA FLUÊNCIA EM INGLÊS? UMA ANÁLISE DOS ENTRAVES EDUCACIONAIS E CULTURAIS

ETIENE RODRIGUES PESSOA

RESUMO:
Apesar da crescente importância do inglês como língua global, a fluência da população brasileira nesse idioma ainda é considerada baixa, especialmente quando comparada a outros países em desenvolvimento. Este artigo analisa de forma crítica os principais fatores que contribuem para essa realidade, com foco nos entraves educacionais, culturais, socioeconômicos e estruturais. No âmbito educacional, observa-se que a formação inicial e continuada dos professores de inglês apresenta deficiências significativas, muitas vezes marcada por uma abordagem teórica excessiva, pouco alinhada às práticas comunicativas contemporâneas. Soma-se a isso a carga horária insuficiente dedicada ao ensino do idioma nas redes públicas de ensino, além de currículos desatualizados e metodologias centradas na tradução, na memorização de regras gramaticais e em atividades descontextualizadas, que pouco dialogam com as reais necessidades dos alunos. Do ponto de vista cultural e social, percebe-se que o inglês ainda é visto por parte expressiva da população como uma habilidade elitizada, restrita a determinados grupos socioeconômicos e profissionais. Fora dos grandes centros urbanos, o acesso a recursos de qualidade é extremamente limitado, agravado pela falta de políticas públicas que promovam a equidade no ensino de línguas. Barreiras econômicas impedem que muitos estudantes acessem cursos privados, intercâmbios, materiais didáticos atualizados e ferramentas digitais, ampliando o fosso educacional. Além disso, há um descompasso entre a importância atribuída ao inglês nas esferas acadêmica e profissional e sua percepção como ferramenta de uso prático no cotidiano, o que contribui para baixos níveis de motivação e engajamento. A análise também destaca o impacto, ainda subaproveitado, das tecnologias digitais, que embora ofereçam inúmeras possibilidades de aprendizagem autônoma como aplicativos, plataformas online, podcasts, canais de vídeo e redes sociais, não conseguem, por si só, suprir as deficiências estruturais do ensino formal, especialmente entre populações com baixa escolaridade digital. Outro fator relevante é o histórico ensino de línguas no Brasil, que por décadas foi pautado em modelos tradicionais, muitas vezes desconectados das metodologias comunicativas que privilegiam a interação, a escuta ativa e a fluência real. Diante desse contexto multifacetado, o artigo defende que a superação dos entraves demanda não apenas investimentos robustos na formação docente, na atualização curricular e na ampliação da carga horária nas escolas, mas também uma transformação cultural mais ampla, que ressignifique o papel do inglês na sociedade brasileira. É fundamental que o idioma seja visto não apenas como requisito acadêmico ou diferencial profissional, mas como ferramenta de acesso à cidadania global, à informação, à cultura e às oportunidades em um mundo cada vez mais interconectado. A construção de uma política linguística inclusiva, articulada entre governo, setor privado, universidades e sociedade civil, é apontada como caminho essencial para promover a democratização do ensino de inglês no Brasil, contribuindo assim para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento humano e econômico do país.

PALAVRAS-CHAVE: barreiras culturais e educacionais; cultura e aprendizagem de línguas; educação no Brasil; ensino de inglês e políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais globalizado, o domínio da língua inglesa tornou-se uma habilidade estratégica para o acesso a oportunidades educacionais, profissionais e culturais.

Considerada a principal língua contemporânea, o inglês é amplamente utilizado em ambientes acadêmicos, tecnológicos, comerciais e diplomáticos, sendo frequentemente exigido em processos seletivos e concursos

públicos. Apesar dessa centralidade, o Brasil continua a apresentar níveis baixos de proficiência na língua inglesa. Em 13 de novembro de 2024 a EF Education First (EF), empresa líder em educação internacional, publicou os resultados de 2024 do EF Índice de proficiência em Inglês (EF EPI) a maior ferramenta de pesquisa internacional para identificar o nível do inglês da população por países, capitais e regiões, publicado anualmente desde 2011. O Brasil sofreu uma queda de 21 pontos comparado ao ano anterior (2023), ocupando a 70ª colocação, esta é a posição mais baixa que o país ocupou desde 2012.

Essa realidade contraditória entre a importância do inglês e o baixo desempenho nacional levanta questões cruciais sobre o ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Embora o inglês esteja presente no currículo escolar há décadas, a fluência real entre estudantes e adultos permanece limitada, refletindo desigualdades profundas no sistema educacional, falhas na formação docente, falta de recursos e uma cultura que, muitas vezes, não valoriza o aprendizado de uma segunda língua. Além disso, fatores socioeconômicos e psicológicos, como o acesso desigual a cursos particulares e o receio de falar em público, também desempenham um papel relevante.

Este artigo propõe uma análise crítica dos principais entraves educacionais e culturais que contribuem para a baixa fluência em inglês entre os brasileiros. Ao discutir aspectos estruturais, pedagógicos e sociais, pretende-se compreender por que o Brasil ainda enfrenta dificuldades em transformar o ensino da língua inglesa em uma ferramenta verdadeiramente inclusiva e eficaz.

OBJETIVOS

Analisar os principais fatores educacionais, culturais e socioeconômicos que contribuem para a baixa fluência em língua inglesa entre a população brasileira.

Objetivos Específicos

Pesquisar as limitações do ensino de inglês no currículo da educação básica brasileira, especialmente na rede pública.

Examinar a formação e as condições de trabalho dos professores de inglês no país.

Compreender de que forma a desigualdade socioeconômica impacta o acesso ao aprendizado da língua inglesa.

Identificar barreiras culturais e psicológicas que dificultam a aquisição da língua por parte dos brasileiros.

Apontar possíveis caminhos e políticas públicas para melhorar o ensino e a proficiência em inglês no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O domínio da língua inglesa, em tempos de intensa globalização, interdependência econômica e circulação acelerada de informações, configura-se como uma competência-chave para o exercício pleno da cidadania, o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, a mobilidade acadêmica e profissional, e a inserção qualificada no mercado de trabalho, tanto nacional quanto internacional. A fluência em inglês não apenas amplia oportunidades individuais, mas também se torna um fator estratégico para o desenvolvimento econômico e social de um país, uma vez que possibilita maior competitividade, inovação e integração nas dinâmicas globais.

No entanto, os dados disponíveis revelam que o Brasil permanece significativamente aquém do desejável quando se trata da proficiência em inglês, mesmo após décadas em que o ensino do idioma é previsto como componente curricular obrigatório nas escolas de ensino fundamental e médio. Tal cenário escancara não apenas fragilidades estruturais no sistema educacional, mas também reforça e aprofunda desigualdades socioeconômicas históricas, visto que são principalmente os estudantes das camadas mais vulneráveis que enfrentam maiores dificuldades de acesso a um ensino de línguas de qualidade. Essa disparidade compromete não apenas a equidade educacional, mas também limita o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país.

A presente pesquisa se justifica, portanto, pela urgência em compreender as múltiplas causas que dificultam a consolidação de uma educação linguística eficaz no Brasil. A investigação abrange fatores como a formação inicial e continuada de professores, que muitas vezes carece de atualização metodológica e recursos didáticos adequados; as limitações na infraestrutura escolar,

particularmente na rede pública; os desafios socioeconômicos que restringem o acesso a experiências imersivas, cursos extracurriculares e tecnologias educacionais; além das questões culturais que impactam a percepção social sobre a importância do inglês no cotidiano.

Ao propor uma análise crítica e abrangente desses elementos, o estudo busca não apenas diagnosticar os problemas, mas também oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas pedagógicas. Refletir sobre esses desafios é fundamental para construir uma educação linguística que seja, de fato, acessível, equitativa, contemporânea e alinhada às demandas do século XXI. Mais do que uma habilidade acadêmica, o domínio da língua inglesa deve ser reconhecido como um direito linguístico e como instrumento de inclusão social, mobilidade e fortalecimento da cidadania global.

História e Contexto Linguístico

O Brasil é o único país de língua portuguesa nas Américas, o que o isola linguisticamente de seus vizinhos hispanofalantes e das potências anglófonas. Diferente de países como Índia ou Filipinas, que foram colônias britânicas e herdaram o inglês como segunda língua oficial ou cooficial, o Brasil não teve esse tipo de contato com o mundo anglófono. Sua colonização foi realizada por Portugal, o que consolidou o português como língua hegemônica em todo o território nacional, sem a incorporação formal de outras línguas no sistema educacional ou na administração pública.

Além disso, a influência histórica de outros idiomas no Brasil, como o francês no século XIX e o espanhol nas relações sul-americanas, foi mais restrita ao campo diplomático, acadêmico ou cultural, sem grande impacto na formação linguística da população em geral. O inglês começou a ganhar relevância apenas no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos emergem como potência econômica, militar e cultural. A partir desse momento, o inglês passa a ser associado ao desenvolvimento tecnológico, ao mercado global e ao acesso à informação, mas seu ensino no Brasil foi introduzido de forma tardia e, muitas vezes, de maneira fragmentada e pouco sistemática.

Diferente de nações bilíngues ou multilíngues, o Brasil construiu sua identidade linguística com forte centralização no português, o que gerou, ao longo do tempo, uma relativa resistência ou baixa urgência social para a incorporação de línguas estrangeiras no cotidiano. Isso se reflete na estrutura educacional, que por décadas tratou o ensino de idiomas como disciplina acessória e não como competência essencial. Além disso, o vasto território brasileiro e as desigualdades regionais também dificultaram a expansão de políticas linguísticas efetivas e equitativas.

Na atualidade, embora o inglês seja reconhecido como língua franca global e cada vez mais presente em ambientes acadêmicos, profissionais e digitais, o Brasil ainda lida com os desafios estruturais herdados de sua história linguística. A ausência de um passado colonial diretamente ligado a países anglófonos, somada a fatores culturais e econômicos, ajuda a compreender por que o país tem, até hoje, uma das menores taxas de fluência em inglês da América Latina, especialmente quando comparado a países como Argentina, Chile ou Uruguai, onde o contato histórico e cultural com o inglês foi mais intenso e valorizado.

A Deficiência do Ensino de Inglês na Rede Pública Brasileira: Uma Reflexão Crítica sobre o Currículo

O ensino de inglês nas escolas públicas brasileiras apresenta deficiências estruturais, pedagógicas e curriculares que impactam diretamente a formação linguística dos estudantes. Embora o inglês seja considerado essencial para a inserção global no mercado de trabalho, na ciência e na cultura, ele permanece como uma disciplina isolada no currículo escolar que frequentemente adota uma abordagem tradicional, com foco excessivo em gramática normativa, listas de vocabulário e traduções. Há pouca ênfase no desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas (ler, escrever, falar e ouvir) de forma integrada. Esse modelo ignora os princípios da abordagem comunicativa, amplamente reconhecida como mais eficaz para o aprendizado de línguas estrangeiras. O aluno torna-se um “consumidor passivo”

de regras e estruturas, sem oportunidades reais de produzir sentido em inglês. Segundo Leffa (2016), a formação inicial de professores de inglês no Brasil muitas vezes negligencia a prática pedagógica comunicativa, priorizando conteúdos teóricos e gramaticais que não refletem as necessidades reais da sala de aula.

Outro fator importante está relacionada à carga horária dedicada ao inglês na rede pública que, costuma ser mínima, geralmente apenas uma ou duas aulas por semana, com duração de 50 minutos. Esse tempo é claramente insuficiente para desenvolver habilidades comunicativas reais, especialmente considerando que muitos alunos têm o primeiro contato com o idioma apenas no 6º ano do Ensino Fundamental. De acordo com Paiva (2011), a baixa carga horária dedicada ao inglês nas escolas públicas impede o desenvolvimento de competências comunicativas, comprometendo a fluência linguística. Além disso, a falta de continuidade e profundidade entre os anos escolares dificulta a consolidação da aprendizagem. A aprendizagem de idiomas exige prática constante e progressão de níveis, se torna esporádica e ineficaz.

O papel do professor é central na qualidade do ensino de qualquer disciplina e, no caso do inglês como língua estrangeira, isso se torna ainda mais evidente. No entanto, os docentes que atuam nas escolas públicas brasileiras enfrentam uma série de obstáculos que comprometem sua prática pedagógica, sua motivação e, por consequência, a aprendizagem dos alunos. Obstáculos como formação inicial: teoria desconectada da prática, formação continuada inexistente ou inalcançável, desvalorização da carreira docente, condições de trabalho e abandono profissional.

De acordo LEFFA (2016, p.89),

“A formação do professor de línguas precisa articular teoria e prática, considerando a realidade dos alunos e da escola”.

Falta de Imersão e Uso Cotidiano

No Brasil, o inglês raramente faz parte da vida cotidiana da maioria da população. A mídia, o comércio e os serviços públicos operam quase exclusivamente em português, o que limita consideravelmente as oportunidades de exposição espontânea ao idioma. A imersão linguística é reconhecida como um dos pilares fundamentais na aquisição de uma segunda língua, especialmente na perspectiva da abordagem comunicativa (Krashen, 1985).

Em países europeus, como Suécia, Holanda e Noruega, há uma prática cultural consolidada de consumir produtos midiáticos: filmes, séries e músicas no idioma original, frequentemente sem dublagem, apenas com legendas. Esse contato constante permite que os falantes desenvolvam competências de compreensão auditiva, pronúncia e vocabulário de maneira muito mais orgânica e natural (Crystal, 2003).

No Brasil, por outro lado, a cultura da dublagem é predominante, o que reduz significativamente a exposição da população à fonologia e às estruturas sintáticas do inglês. Celani (2001) já alertava que a ausência de contextos reais de uso do idioma fora do ambiente formal de ensino impede que o inglês seja internalizado como uma ferramenta comunicativa. Essa falta de aplicabilidade prática contribui diretamente para a percepção de que o inglês é uma disciplina escolar, desvinculada da vida cotidiana, e não uma competência funcional.

Além disso, segundo Paiva (2005), a ausência de políticas públicas que incentivem a presença do inglês em espaços culturais e midiáticos reforça esse distanciamento. Portanto, a carência de imersão não se dá apenas no nível individual, mas é também reflexo de uma construção social e cultural que marginaliza o uso do inglês fora do ambiente educacional.

Desigualdade de Acesso - Fatores socioeconômicos

A desigualdade socioeconômica no Brasil também é um dos fatores determinantes na perpetuação das dificuldades no aprendizado de inglês. Trata-se de um problema estrutural que transcende o âmbito educacional, afetando diretamente as oportunidades de desenvolvimento linguístico de grande parte da população. Como destaca Menezes (2020), o acesso a recursos educacionais de qualidade no país é profunda-

mente desigual, o que cria uma divisão clara entre aqueles que podem arcar com cursos privados, intercâmbios e materiais didáticos atualizados, e aqueles que dependem exclusivamente da educação pública, frequentemente marcada por limitações estruturais, falta de recursos e metodologias defasadas. Essa realidade aprofunda o abismo social e compromete a mobilidade econômica e cultural de milhões de brasileiros. O domínio do inglês, considerado uma competência-chave no mercado de trabalho globalizado, torna-se mais um marcador de desigualdade social, reforçando ciclos de exclusão e limitando o acesso a melhores oportunidades profissionais, acadêmicas e culturais (TILIO, 2007).

Além disso, a ausência de políticas públicas robustas e consistentes que priorizem o ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas agrava esse cenário. Embora haja iniciativas pontuais, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e propostas curriculares para o ensino de inglês no ensino fundamental e médio, essas ações muitas vezes carecem de continuidade, financiamento adequado e formação docente específica (GIMENEZ; FORTUNE, 2015).

Portanto, combater a desigualdade no ensino de inglês no Brasil não se resume a melhorar métodos pedagógicos, mas envolve, sobretudo, enfrentar questões estruturais, econômicas e sociais. A implementação de políticas públicas inclusivas, que garantam acesso equitativo a uma educação linguística de qualidade, é fundamental para transformar esse quadro e permitir que o inglês cumpra seu papel como ferramenta de inclusão e empoderamento, e não como mais um instrumento de segregação social.

Medo de errar e bloqueios emocionais

Muitos brasileiros enfrentam insegurança e vergonha ao falar inglês, mesmo quando têm algum conhecimento da língua. Esse medo de errar, associado à possibilidade de ser julgado, gera bloqueios emocionais que impedem a prática, que é essencial para o aprendizado. Esse fenômeno é amplificado por um sistema educacional que, muitas vezes, foca excessivamente na gramática e na correção, e pouco na comunicação espontânea. KRASHEIN (1982, p.31),

"O medo de errar é uma das principais barreiras para o uso ativo de uma segunda língua, especialmente em contextos onde o erro é punido e não visto como parte do processo de aprendizagem".

Complementa Krashen (1982) que o aprendizado eficaz de línguas depende de um ambiente livre de estresse, no qual o aluno se sinta seguro para experimentar e cometer erros.

Baixa autoestima linguística

A baixa autoestima linguística é um dos entraves subjetivos mais significativos no processo de aprendizagem do inglês no Brasil. Muitos estudantes internalizam, desde a infância ou adolescência, a crença de que são "incapazes" de aprender inglês, especialmente quando enfrentam dificuldades nas primeiras tentativas ou são expostos a métodos pouco motivadores e excessivamente gramaticais. Essa percepção negativa sobre suas próprias capacidades gera um ciclo de boicote, no qual a falta de confiança impacta diretamente a motivação, a disposição para praticar e, consequentemente, o progresso no aprendizado (DÖRNYEI, 2001).

Segundo Norton (2000), a identidade do aprendiz está profundamente ligada às oportunidades de uso da língua e às relações de poder que permeiam o processo educacional. Quando os alunos não se veem como legítimos usuários do idioma, seja por fatores sociais, culturais ou pedagógicos, desenvolvem uma identidade linguística fragilizada, marcada por insegurança e ansiedade. Isso leva à evitação de situações comunicativas, reforçando a crença limitante de que "não conseguem aprender inglês".

Além disso, pesquisas no campo da psicologia educacional (UR, 1996) demonstram que o medo do erro, frequentemente associado à avaliação punitiva e ao ambiente escolar pouco acolhedor, agrava ainda mais esse quadro. O erro, que deveria ser tratado como parte natural do processo de aquisição de uma língua, passa a ser interpretado como um fracasso pessoal, o que desestimula a participação ativa dos alunos.

Portanto, a baixa autoestima linguística não é um fenômeno isolado, mas um reflexo de

práticas pedagógicas tradicionais, de discursos sociais que associam o inglês a um capital simbólico restrito e de uma cultura educacional que nem sempre promove ambientes seguros para o desenvolvimento de competências comunicativas.

Distância cultural

O inglês é visto por alguns como uma língua "distante" da realidade brasileira, ligada a uma cultura estrangeira com a qual nem todos se identificam. Esse sentimento de desconexão cultural pode gerar resistência ao aprendizado, especialmente em contextos onde o inglês não parece ter aplicação prática ou imediata na vida cotidiana. Desse modo, O inglês, muitas vezes, é associado a uma cultura estrangeira predominantemente anglo-saxônica que nem sempre dialoga com os referenciais culturais da população brasileira. De acordo com Byram (1997), o aprendizado de uma língua estrangeira envolve não apenas a aquisição de estruturas linguísticas, mas também o desenvolvimento de competências interculturais, que permitem ao aprendiz compreender e dialogar com os valores, costumes e práticas culturais associados ao idioma.

No entanto, quando o ensino de inglês é apresentado de forma descontextualizada, distante da realidade social dos alunos, surge um sentimento de desconexão e, consequentemente, resistência. Para muitos, especialmente em regiões com menor acesso a conteúdos internacionais ou oportunidades de uso prático do idioma, o inglês é visto como algo alheio, pertencente a uma elite econômica ou a mercados distantes (MOITA LOPES, 1996). Esse fenômeno é intensificado quando os materiais didáticos priorizam referências culturais estrangeiras sem promover pontes com a cultura local.

Além disso, Rajagopalan (2003) argumenta que existe uma necessidade urgente de "descolonizar" o ensino de línguas, propondo uma abordagem que reconheça a diversidade cultural e que torne o inglês uma ferramenta de empoderamento, e não de alienação. Assim, a percepção de distância cultural não é apenas uma questão subjetiva, mas um entrave concreto que impacta diretamente a motivação, o engajamento e, consequentemente, a eficácia do processo de aprendizagem do inglês no Brasil.

Falta de exposição natural à língua

A aquisição de uma língua estrangeira é fortemente beneficiada pela exposição frequente, contextualizada e espontânea ao idioma. Em diversos países como Holanda e Alemanha, a presença do inglês no cotidiano é constante, os programas de televisão e filmes são transmitidos sem dublagem, a sinalização pública é frequentemente bilíngue, e há um alto consumo de conteúdo digital em inglês. Essas práticas criam um ambiente linguístico rico e favorecem o aprendizado incidental, em que a língua é absorvida de forma natural, sem a necessidade de instrução formal constante. No Brasil, entretanto, esse tipo de exposição é bastante restrito. A maioria dos conteúdos audiovisuais é dublada, o que, embora aumente a acessibilidade para parte da população, reduz significativamente o contato auditivo com a língua inglesa. A prática de assistir a filmes e séries com áudio original e legendas ainda é limitada.

Além disso, a presença do inglês em espaços públicos é praticamente inexistente fora dos grandes centros urbanos e contextos turísticos. A convivência direta com falantes nativos da língua também é rara para a maioria da população, e o inglês, em muitos contextos, é percebido como uma língua restrita a ambientes formais ou acadêmicos, distante da vivência cotidiana da maioria dos brasileiros.

Essa carência de imersão natural tem implicações diretas no desenvolvimento da fluência oral e da compreensão auditiva, pois o aprendiz tem menos oportunidades de ouvir o idioma em situações reais de comunicação e praticar o uso espontâneo da língua. Em consequência, o estudo do inglês torna-se altamente dependente do ambiente escolar ou de cursos bilingue, o que exige um esforço deliberado e disciplinado por parte do aluno para manter contato com o idioma por meio de podcasts, músicas, filmes legendados, aplicativos, interações online entre outros recursos. De acordo com Tomlinson (2008), para que o aprendizado de uma língua seja eficaz e duradouro, é essencial que o aluno seja exposto a uma ampla gama de textos autênticos, relevantes e variados. No contexto brasileiro, essa recomendação ain-

da é um desafio, sobretudo nas escolas públicas, onde o acesso à internet, materiais audiovisuais e experiências interativas com a língua são limitados.

Influência da pronúncia nativa

A influência da língua materna na pronúncia de um idioma estrangeiro é um fenômeno amplamente reconhecido nos estudos de aquisição de segunda língua. No caso do Brasil, o português brasileiro apresenta uma sonoridade muito distinta do inglês. A diferença fonética e rítmica pode dificultar a pronúncia correta e a compreensão auditiva. Além disso, o medo de "soar errado" ou "americanizado" pode causar constrangimento em alguns contextos sociais.

Do ponto de vista fonético, o inglês possui sons vocálicos e consoantes que não existem no português, como o som interdental /θ/ (como em think) ou a distinção entre sons vocálicos longos e curtos (/i / em seat e / / em sit), que são frequentemente neutralizados pelos falantes brasileiros. Essa ausência de correspondência direta entre os sistemas sonoros dos dois idiomas exige um esforço adicional de percepção auditiva e produção vocal, o que nem sempre é devidamente trabalhado nas salas de aula tradicionais.

Os padrões de ritmo, acentuação e entoação também difere bastante entre o inglês e o português. Essa diferença pode levar os estudantes a produzirem o inglês com uma entonação “arrastada”, prejudicando a naturalidade da fala e a inteligibilidade para ouvintes nativos.

De acordo com Jenkins (2000), é importante reconhecer que a pronúncia “perfeita” ou nativa não deve ser o objetivo principal do ensino de línguas, especialmente no contexto de comunicação internacional. O foco, segundo a autora, deve estar na inteligibilidade mútua e na eficácia comunicativa, respeitando as variações naturais dos aprendizes multilíngues.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos fatores educacionais, culturais e socioeconômicos que contribuem para a baixa fluência em inglês entre os brasileiros revela um cenário complexo que demanda atenção acelerada de políticas públicas, educadores e da sociedade como um todo. No que se refere aos entraves educacionais, identificou-se que o ensino da língua inglesa na educação básica, particularmente na rede pública, sofre com carga horária insuficiente, metodologias ultrapassadas e escassez de recursos pedagógicos modernos. Essa limitação curricular compromete o desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas essenciais: escuta, fala, leitura e escrita. Além disso, a formação e as condições de trabalho dos professores de inglês revelam uma desconexão entre teoria e prática, marcada pela precarização da carreira docente e pela ausência de formação continuada acessível e eficaz.

A análise também destacou o papel da desigualdade socioeconômica como um fator transversal: o acesso a cursos de inglês de qualidade, materiais atualizados e experiências de imersão ainda é um privilégio de poucos. Essa exclusão não apenas reforça desigualdades já existentes, como limita o acesso a oportunidades acadêmicas e profissionais que exigem a proficiência no idioma.

Do ponto de vista cultural e psicológico, o medo de errar, a baixa autoestima linguística e a percepção do inglês como algo distante da realidade brasileira configuram barreiras invisíveis, porém poderosas, no processo de aprendizagem. A ausência de um ambiente de imersão e a limitada presença do idioma no cotidiano tornam o aprendizado ainda mais desafiador.

Diante desse cenário, é fundamental que o Brasil repense suas políticas públicas de ensino de línguas, investindo na formação docente, na ampliação da carga horária, na adoção de metodologias comunicativas e na criação de ambientes mais estimulantes para o uso do inglês. Mais do que ensinar um idioma, é necessário criar uma cultura de valorização do multilinguismo, que reconheça o inglês como ferramenta de inclusão, desenvolvimento pessoal e cidadania global. Superar esses obstáculos exige esforços articulados entre governo, instituições de ensino, comunidade acadêmica e sociedade civil. Somente assim será possível garantir que o ensino da língua inglesa no Brasil deixe de ser um símbolo de desigualdade e se torne, efetivamente, um instrumento de transfor-

mação.

REFERÊNCIAS

CELANI, Maria Antonieta Alba. Ensino de Línguas Estrangeiras: Mudanças e Continuidades. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Política e pesquisa em educação: o ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2001.

KRASHEN, Stephen D. Principles and Practice in Second Language Acquisition. Oxford: Pergamon Press, 1982.

KRASHEN, Stephen D. The Input Hypothesis: Issues and Implications. London: Longman, 1985.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no Brasil: passado, presente e perspectivas. In: ROCHA, Everaldo P. (org.). Linguística aplicada: teoria e prática. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. p. 75-92.

MENEZES, Viviane Maria. Desigualdades no ensino de inglês no Brasil: uma análise crítica das oportunidades de aprendizagem. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 123-145, 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Línguas estrangeiras no Brasil: entre o desejo e a realidade. Revista Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 17, n. 96, p. 43-49, 2011.
PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Aquisição de segunda língua e fatores sociais. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 5, n. 1, p. 155-180, 2005.

JENKINS, Jennifer. The Phonology of English as an International Language: New Models, New Norms, New Goals. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TOMLINSON, Brian. Materials Development in Language Teaching. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CRYSTAL, David. English as a Global Language. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BYRAM, Michael. Teaching and Assessing Intercultural Communicative Competence. Clevedon: Multilingual Matters, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da identidade na linguagem e na educação. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 1, n. 1, p. 29-52, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

DÖRNYEI, Zoltán. Motivational Strategies in the Language Classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NORTON, Bonny. Identity and Language Learning: Gender, Ethnicity and Educational Change. London: Longman, 2000.

UR, Penny. A Course in Language Teaching: Practice and Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GIMENEZ, Telma; FORTUNE, Amanda. English Language Teaching in Public Primary Schools in Brazil: Challenges and Perspectives. RBLA - Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 15, n. 2, p. 305-327, 2015.

TILIO, Rogério. O ensino de inglês como instrumento de inclusão social: um discurso possível?

Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 7, n. 2, p. 377-396, 2007.